

O problema: a ^{chamada} delimitação dos sectores público e privado, ~~com~~ abrangidos apenas pelo combate ideológico e isolando o sector cooperativo; consequente polarização à volta de opiniões e não-resolução dos verdadeiros problemas.

Objectivos: Retirar a carga ideológica, colocando o problema na sua perspectiva H , i.e., determinar o sector público e as funções de capacidade de o Estado exercer, em nome dos cidadãos, o controle adequado do seu funcionamento

Grandes programas: a) Inventariar o sector público

- domínios
- n.º
- modo funcional

b)





José
Vacanteus

Editorial

O AMEAÇO

A DUVIDA desfêz-se. A ideia de que o porta-voz de Belém estivesse apenas, a título pessoal, à compita com o congnere do Governo, numa batalha campal de «factos políticos novos», pelo menos desta vez não teve fundamento. Letria falou, de facto, na entrevista que concedeu ao vespertino identificado com o Partido Comunista, sob total responsabilidade assumida pelo Presidente da República, Ramalho Eanes, como lhe competia, deu total cobertura — de novo pela boca do seu porta-voz oficial — às afirmações feitas antes e que tinham deixado, naturalmente, a classe politica envolta no assombro da ameaça proferida e da forma de pressão que ela representa: a sua possível demissão.

E certo que, na segunda versão presidencial, se sublinhou o facto de que «os esclarecimentos prestados estavam claramente inseridos no campo das hipóteses», mas, de novo, Belém toma como base aquilo que chama de «compromissos assumidos para com os portugueses». E aí residirá, em meu entender, o fulcro de uma questão que, tal como muitas outras, só serve para baralhar ainda mais as ideias de um Povo que se interroga, enquanto enfrenta as crescentes dificuldades do dia-a-dia da sua subsistência, sobre o que pretenderão uns e outros. Afinal, todos apostados, segundo parece, em ficar agarrados aos cadeirões do Poder e bastante mal dispostos quando se lhes recorda que, em Democracia, as leis da alternância não se compadecem com as tentações de prolongar indefinidamente os lugares de privilégio. Quer em Belém, quer na Assembleia da República, quer, evidentemente, no Governo e quer ainda no Conselho da Revolução.



É PRECISO deixar bem claro que, ao contrário do que alguns pretendem fazer crer, não está em causa — nem nunca poderia estar, pois que o Partido Socialista de Mário Soares está envolvido na questão e ninguém crê que do largo do Rato saísse tal intenção — a mudança do sistema político-constitucional português ou, como tendências conhecidas clamam, a alteração do que saiu, basicamente, da Revolução de Abril.

Se levarmos em conta a primeira declaração de princípios das Forças Armadas, logo após o golpe militar de 1974 — a qual foi posteriormente desvirtuada pelos acontecimentos e pela escalada dos comunistas —, tudo continua a apontar para a mudança estrutural do que existia antes, em termos

de regime. E a Democracia que se pretende ver fortalecida e não o regresso ao passado que se deseja. Pelo menos da parte da esmagadora maioria dos portugueses, aqueles que votaram AD nas eleições para o Parlamento e uma grande parte que, com excepção nitida dos homens do PCP — que é a minoria —, reconduziu Ramalho Eanes na Presidência da República.

Claro que, neste momento, uns e outros, a seu belprazer, interpretam a expressão do voto do Povo de acordo com as suas conveniências. Porque ambos, AD e PR, venceram as «suas» eleições, aliás, num espaço de tempo muito curto (pelo que não pode alegar-se que o período entre os dois escrutínios tivesse alterado o sentido da vontade popular). Mas a resposta concreta aos pontos de vista de cada um dos lados só poderia ser dada, com verdade e sem sofismas, se se consultassem abertamente os portugueses com uma pergunta clara e inequívoca: desejam que a revisão constitucional seja feita dentro dos moldes da AD ou do Presidente? De Gaulle procedeu assim, em dada altura. E arrependeu-se de ter feito a pergunta.

Com Ramalho Eanes, desde a primeira hora, estranhamente se tem mostrado contrário ao referendo, ficarão ambos os antagonistas e até todo o Povo na dúvida sobre se, realmente, o Presidente da República é fiel ao eleitorado que o reconduziu quando ameaça com a sua demissão perante o «fantasma» da diminuição de poderes de Belém. Diminuição essa, aliás, que, de acordo com as declarações dos elementos parlamentares que discutem as alterações, não tem o menor fundamento.

Dai que, perante a afirmação categórica de Eanes, pela boca do seu porta-voz, de que «não pretende, nas presentes circunstâncias, fazer qualquer outra declaração sobre a revisão constitucional», caiba às outras forças políticas e, obviamente, aos órgãos de comunicação social, pronunciar-se sobre o «facto político novo», moda esta que, com a chegada de Marcello ao Governo, acabou por alastrar para além da Gomes Teixeira.

Quando Belém afirma, em tom totalmente oficial, que o Presidente «em nenhuma circunstância abdica, nem poderá abdicar, do direito e da responsabilidade que tem de continuar uma intervenção politica activa, no quadro das regras constitucionais que estiverem em vigor», está a declarar ao País que, Ramalho Eanes, para «ficar fiel aos compromissos que assumiu», admite a hipótese de se demitir do cargo que hoje ocupa e onde foi

colocado por força do voto popular. A afirmação é a de que, no entender de Eanes e daqueles que o rodeiam, os portugueses que o reconduziram no lugar o terão feito com a condição de que o seu campo de manobra (e até a possibilidade do seu veto de boiso) permaneça inalterável.

Posto que o art.º 290.º da Constituição, aquele que estabelece os limites materiais da revisão, não se refere, em nenhuma das suas alíneas, aos tão proclamados poderes presidenciais, não se compreende a ameaça formulada, agora oficialmente, da demissão na eventualidade que tanto o preocupa.

A conclusão, pois, a que se tem que chegar e que não oferece já dúvidas a ninguém é bem simples: Ramalho Eanes não está disposto a regressar, em 1985, à obscuridade do cidadão pacato. Tomou o gosto pelas andanças políticas. A casinha confortável mas não palaciana já não agrada a quem, sem o esperar, ocupou o lugar cimeiro da hierarquia nacional. E que, graças ao acidente político do seu adversário ter sido mal escolhido, voltou a tomar assento na cadeira cobiçada.

Para isso, mesmo à custa de uma intimação de três anos da sua partida de Belém, Eanes não recusa a criação de um novo partido político e a liderança de mais um concorrente no panorama pluripartidário. Sente-se, segundo dá mostras, figura imprescindível no ambiente político português. Considera-se fundamental na luta partidária. E tem ao seu lado, nesta circunstância, o Partido Comunista Português que, como é mais do que evidente, o abandonará e até o hostilizará logo que o tiver como parceiro no ambiente partidário.

Para o Presidente da República e para aqueles que o acompanham nesta manobra de intimidação, é preferível tornar público a hipótese de um acto que abala as estruturas da Democracia do que, como sempre se julgou conveniente mas Eanes recusou, recorrer a um referendo que tiraria dúvidas a toda a gente que acredita na vontade popular.

Estranha posição esta. Pelo menos para quem, em todas as ocasiões, apregoa «obrigações democráticas, políticas e morais».



É SUFICIENTEMENTE conhecida a minha posição quanto ao outro candidato, o que a AD apoiou, e que foi apresentado como alternativa à reeleição de Ramalho Eanes: o maiogrado Sá Carneiro com a sua infeliz escolha, foi

